Registro de Reunião Extraordinária

Data: 06 de maio de 2020

PARTICIPANTES	
Dr. Jayder Ramos de Araújo	Juiz Assistente da Presidência
Dr. Francisco Antônio Alves de Oliveira	Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência
Wildice Lima Ferro Cabral	Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência
Luciana Godoy Baltar	Chefe de Gabinete da Segunda Vice-Presidência
Celso de Oliveira e Sousa Neto	Secretário-Geral do TJDFT
Eduardo de Castro Rodrigues	Secretário-Geral da Corregedoria
Edvaldo Santos Guimarães Júnior	Secretário-Geral da Presidência
Lídia Maria Borges De Moura	Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica
Victor Abreu da Silva	Secretário Substituto de Planejamento e Gestão Estratégica
Luciana Essinger Toledo Varella	Secretária de Recursos Humanos
Fernanda Martins de Vasconcelos Cirino	Secretária Substituta de Recursos Humanos
Arlete Garcia Rodrigues	Secretária da Escola de Formação Judiciária
Felipe Schiavon De Oliveira	Secretário Substituto da Escola de Formação Judiciária
Aline Pereira Neves Silveira	Membro suplente eleito
Tomaz de Aquino Vasco da Silva	Representante da SESA na equipe de apoio
Marcella Monteiro Bittencourt	Representante da SESA na equipe de apoio
Luana Pimenta de Andrada	Representante da SEEF na equipe de apoio
Simone Fernandes Cosenza	Representante do NIC na equipe de apoio
Carmen Cecilia da Fonseca Lemes Ferreira	Subsecretária de Gestão Integrada de Pessoas
Ludmila Pereira de Souza do Couto Maciel	Servidora da SEPG
Alessandra Loyola dos Santos	Secretariado do Comitê

Pauta:

- Reunião de Alinhamento Técnico do CGGP – Assunto Teletrabalho

Registros:

Às 14h10, do dia 06 de maio de 2020, por meio de videoconferência pelo aplicativo Zoom Meeting, foi iniciada a reunião com os participantes acima especificados.

O Juiz Assistente da Presidência iniciou a reunião informando que o trabalho a distância irá se estender por período indeterminado e, diante disso, o Desembargador-Presidente requereu atenção especial da Casa para oferecer suporte aos gestores, em especial, àqueles que iniciaram nessa modalidade no período da pandemia. Ressaltou que o momento impacta na vida do ser humano de forma integral e que é necessário estabelecer uma comunicação mais próxima com esse público, oferecer orientações quanto à gestão, capacitação, suporte tecnológico e de saúde física e mental. Destacou, também, que o Tribunal precisa compreender as dificuldades enfrentadas por esses gestores; por que algumas unidades não formalizavam essa modalidade entre suas equipes. A situação vivenciada impacta nas políticas de RH, na movimentação, entre outros. Diante dessa demanda, convocou as áreas que compõem o CGGP para atuarem de maneira alinhada e construírem coletivamente esse suporte.

O magistrado trouxe como proposta, que os representantes buscassem levantar com as respectivas áreas ideias para compor uma espécie de trilha para gestor e para servidor, contemplando os aspectos já mencionados. A tendência é que essa forma de trabalho seja ampliada dos atuais 30% por unidade e se torne mais comum. O desafio é grande, mas destacou a necessidade de todos atuarem com menos limitação e mais inovação, com o intuito de potencializar resultados.

Em seguida, pontuou algumas questões de ordem prática, entre as quais: a Resolução CNJ 227/2016 permanece como diretriz para o regime de teletrabalho, e no âmbito interno, a Resolução 12/2015 e alterações. A SERH já trabalhou em uma proposta que traz novidades e inovações, mas ainda não foi regulamentada.

Como norteador desse trabalho, destacou a Resolução STF 677/2020, a qual estabelece medidas para a gestão das atividades do tribunal nos formatos presencial e a distância. O normativo aborda tópicos como a gestão do trabalho, das equipes e estabelece o mês de maio como de preparação para o teletrabalho.

Nesse sentido, o magistrado destacou que a SERH poderá ficar responsável por consolidar as propostas das áreas, a fim de assegurar o alinhamento. Solicitou a todos que não se prendam à realidade do TJDFT e que mantenham uma comunicação ágil e efetiva. Sugeriu, ainda, que convidem gestores em teletrabalho para participarem desse levantamento, para que a proposta não fique distante da realidade desse público, que não seja adotada de forma verticalizada.

A Secretária da Escola pontuou que foi lançado na semana curso para gestores sobre o Teletrabalho. O Juiz Assistente da Presidência sugeriu analisar a possibilidade de torná-lo obrigatório, a exemplo do STF.

Em seguida, a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica destacou a importância desse alinhamento entre as áreas de gestão de pessoas, por meio do CGGP, e que essa capacitação deveria extrapolar para questões relacionadas ao bem-estar das pessoas e aos desafios de lidar com várias ferramentas simultaneamente.

A representante a Escola na equipe de apoio também ressaltou a relevância dessa integração e esclareceu que atualmente são ofertados dois cursos autoinstrucionais, elaborados em parceria com a CGTI e a SESA, além dos insumos da SERH, que contemplam módulo sobre bem-estar, desafios do gestor ao gerenciar o teletrabalho. Os cursos são de amplo alcance e focados nos problemas vivenciados por gestores e servidores. Possibilitam um olhar pragmático e enfatizam como melhorar a prática organizacional.

O Juiz assistente da Presidência enfatizou que o produto final desse trabalho poderá ser uma cartilha com orientações ao gestor, tendo em vista que já existem várias iniciativas das áreas, mas que se encontram de maneira isolada. A expectativa é de alcançar efetivamente o gestor da área finalística. A ideia é trazer uma fala final do Presidente do TJDFT, de forma a aproximar-se do gestor, mostrar a ele tudo o que a instituição tem a oferecer.

O representante da Secretaria-Geral da Corregedoria mencionou os setores subordinados que permanecem atuando presencialmente, a exemplo do NAC, do NUPLA, dos Oficiais de Justiça. E questionou se seria necessário produzir material de orientação para esse público de forma conjunta ou separada.

O Juiz assistente da Presidência reconheceu que essas exceções são relevantes, mas solicitou que no momento seja priorizado o público que está em trabalho remoto.

A Secretária de RH destacou a grata satisfação em ver essa possibilidade de integração se concretizar. Informou que a área já tem algumas ideias para esse Manual e colocou-se à disposição para colaborar, compartilhar essas ideias com o restante. Ressaltou ser fundamental valorizar esse lado humano para se alavancar resultados.

A representante a Escola na equipe de apoio sugeriu que o compartilhamento dos materiais fosse feito pela Comunidade de Práticas de Aprendizagem da Escola, por meio da plataforma Moodle.

Em seguida, o Secretário-Geral reafirmou ser este o caminho certo e ilustrou alguns problemas que se estendem, fazendo duas solicitações. A primeira delas é relacionada à informação pelos gestores dos servidores em teletrabalho. Citou o Sistema para registro do Teletrabalho que foi desenvolvido pelo GESIRH, cujos relatórios tem subsidiado inclusive contratações, como aquisição de máscaras para os servidores que permanecem trabalhando presencialmente. Esclareceu que os registros ainda apontam um alto percentual de pessoas que estariam atuando de forma presencial. Nem todos os gestores preencheram as informações sobre o trabalho remoto de suas equipes. Há que se ter informações mais precisas. Quanto a isso, foi sugerido uma atuação mais próxima da SERH com os gestores para verificar as dificuldades.

O outra, diz respeito aos sistemas de TI que o Tribunal já disponibiliza, desde o SEI, PJE, aos sistemas de RH. Mencionou preocupação com o uso adequado do WhatsApp pelos gestores e por grupos de trabalho e que essa cartilha a ser produzida deve trazer como foco as ferramentas de trabalho colaborativas, tanto do Google, quanto da Microsoft.

Por fim, o Juiz Assistente da Presidência considerou que a elaboração dessa cartilha seja, possivelmente, pioneira no país, tendo em vista a expectativa de se produzir algo mais completo com tudo o que é oferecido aos gestores/servidores em termos de suporte. Informou que a

produtividade tem caído nos últimos dias, que se faz necessário ser proativo e criar formas de se enfrentar esse momento. Completou: “Esse é o nosso normal”.

O Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência também destacou o esforço que tem sido feito para se regulamentar as sessões e as audiências a distância. E a chefe de gabinete desta, manifestou a satisfação e a importância desse trabalho integrado; ressaltou a preocupação com os servidores que tem de realizar as atividades de modo presencial e apontou a necessidade de se estabelecer, de modo científico, normas de segurança para esse público.

Essa preocupação também foi reforçada pela Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica que citou as áreas de apoio direto, como Postos de Redução a Termo e Oficiais de Justiça e sugeriu que se constitua outra frente de trabalho para desenvolver orientações voltadas a esses servidores.

O representante da SESA na equipe de apoio agradeceu o destaque e a preocupação com a saúde e o bem-estar das pessoas, enfatizou que é importante sensibilizar o servidor de forma positiva para que ele tenha uma boa produtividade em meio à nova realidade e comprometeu-se a auxiliar as frentes com o embasamento quanto aos aspectos de saúde e bem-estar. Citou, também, sobre uma Pesquisa para conhecer como os servidores estão enfrentando essa pandemia. Disse que estão disponíveis vários horários para atendimentos de Psicologia e de Psiquiatria e que a procura tem sido pouca. Mencionou ser importante conhecer os motivos e como poderiam acessar os servidores.

Pendências e encaminhamentos:

1. Prazo final para a entrega das sugestões das áreas de forma consolidada e coordenada pela SERH – **15/05/2020** (sexta-feira);
2. Análise prévia pela SERH do painel do *Qlick Sense* com os dados sobre o Teletrabalho, para extrair informações sensíveis, antes de disponibilizar para consulta geral;
3. Criação de grupo no *Microsoft Teams* para compartilhamento dos materiais e informações (Subsecretária da SUGIP);
4. Disponibilização de cartilhas de outros órgãos, a exemplo do MPCE e MPSP, como referências (Servidora da SEPG – Ludmila);
5. Análise do Painel do teletrabalho pelos representantes da Administração Superior;
6. Participação dos gestores presentes na reunião nos cursos sobre o Teletrabalho, disponibilizados pela Escola, bem como análise do conteúdo para verificar o que já está sendo contemplado.

Nada mais havendo a tratar, o Juiz Assistente encerrou a reunião às 15h. A presente Ata, por expressão da verdade, foi por mim redigida, Alessandra Loyola dos Santos, e segue assinada pelo Senhor Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo e pelos demais membros presentes.